



Eixo: Antirracismo e Serviço Social

Sub-eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades

A INCORPORAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NA RESERVA DE VAGAS DAS PÓS GRADUAÇÕES EM SERVIÇO SOCIAL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO BRASIL

Sheila Dias Almeida¹

Resumo: O presente artigo, propõe uma reflexão acerca da incorporação da reserva de cotas raciais pelas pós graduações em serviço social das universidades públicas brasileiras. Tal debate, se faz necessário, pois, consideramos que esta ação, expressa um importante avanço na luta contra o *status quo* e da meritocracia que sempre funcionou nos espaços de conhecimento, sobretudo, nas universidades públicas.

Palavras-chave: Cotas raciais; pós- graduação; serviço social.

Resumen: El presente artículo, propone una reflexión acerca de la incorporación de la reserva de cuotas raciales por las post graduaciones en servicio social de las universidades públicas brasileñas. Tal debate, si es necesario, consideramos que esta acción, expresa un importante avance en la lucha contra el status quo y la meritocracia que siempre funcionó en los espacios de conocimiento, sobre todo, en las universidades públicas.

Palabras clave: Cotas raciales; posgraduación; servicio social.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo contribuir com o debate das temáticas sobre a incorporação das cotas raciais nas pós graduações em serviço social das universidades públicas do Brasil. Tal estudo se desenvolveu com a finalidade de responder não apenas inquietudes pessoais, mas também pensando na lacuna existente entre a discussão sobre as relações raciais e a produção de conhecimento. Como se trata de uma reflexão preliminar, a metodologia por ora utilizada consistiu em uma revisão bibliográfica de textos clássicos, o que compreende tanto as categorias crítico-dialético presentes na teoria social marxista, e que abrange tanto a obra marxiana quanto sua posterior

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: <sheidias@yahoo.com.br>

interpretação presente no marxismo, além da produção acadêmica contemporânea, e leitura crítica das obras citadas ao longo da problematização da hipótese apresentada.

Tomando como campo de análise as pós-graduações das universidades públicas do Brasil que oferecem os cursos de mestrado e doutorado em serviço social e que passou a incorporar em seus processos seletivos, a reserva de vagas para cotas raciais e indígenas. No momento da elaboração deste artigo, contabilizamos o total de 10 (dez) universidades, sendo 8 (oito) públicas (4 (quatro) estaduais e 4 (quatro) federais e duas privadas)². Nossa expectativa com esse trabalho é que ele sirva para aproximar a categoria dos assistentes sociais de um debate com indiscutível importância, uma vez que estes trabalham com as múltiplas expressões da questão social³, da elaboração e execução das políticas públicas e sociais resultantes da mobilização e organização da sociedade civil na luta por direitos.

Concordamos com lamamoto (2009), quanto à compreensão de ser o serviço social uma profissão de caráter prático-interventivo que efetiva sua prática na operacionalização do nexo entre as instituições sociais e os serviços que estas devem prestar, além de atender aos usuários em suas necessidades e demandas na busca pelo acesso aos direitos e cidadania⁴. Entendemos ainda, que essa profissão, também se relaciona com as várias formas de produção e

²De acordo com o GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, estes são os programas e universidades que incorporou a reserva de cotas raciais e indígenas: Programa de Política Social - UnB (Brasília); Programa de Serviço Social e Desenvolvimento Regional - UFF NITEROI (Rio de Janeiro); Pós- Graduação em serviço social - UERJ (Rio de Janeiro); Programa de Política Social - UFES (Espírito Santo); Programa de Serviço Social, Trabalho e Questão Social - UECE (Fortaleza/Ceará); Programa de Serviço Social e Direitos Sociais - UERN (Rio Grande do Norte); Programa de Serviço Social - PUC/RS (Rio Grande do Sul); Programa de Serviço Social e Política Social - UNIFESP (Baixada Santista); Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UNESP (FRANCA/SP); Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PUC SP (São Paulo). Disponível em: <http://www.abepss.org.br/noticias/apresentacao-graduacao-15>.

³Para a compreensão de “questão social”, concordamos com Cerqueira Filho (1982), que: a questão social engloba o “conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs ao mundo, no curso da constituição da sociedade capitalista”. Assim, a “questão social está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho”.

⁴ COUTINHO (1997), cidadania é entendida como a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou por todos de usufruírem dos bens socialmente produzidos, ou seja, é um processo de busca pela apropriação dos bens sociais pelo conjunto dos cidadãos.

reprodução do capital, das relações sociais, das condições de vida, de cultura e de riqueza dos indivíduos. (p.1)

Para compreender o Brasil nos dias atuais, antes, é necessário nos debruçarmos sobre a análise da história brasileira sob a perspectiva dialética, cujo movimento nos permite pensar as contradições raciais presentes nas relações sociais na contemporaneidade. A história da formação social brasileira subscreve a desigualdade racial enquanto uma realidade concreta dessa sociedade. Portanto, nossa análise consiste em afirmar que o “desenvolvimento desigual e combinado⁵” confere particularidade fundante da história desse país, e por isso, tal realidade, permanece como característica presente na atualidade, e determinando – através do antagonismo entre as classes sociais – o “lugar” da população negra na sociedade brasileira.

A partir da consolidação da sociedade capitalista no final do século XVIII, o mundo passa por transformações significativas. Dessa forma, ocorrem modificações no ordenamento e na dinâmica econômica, o que incide diretamente na estrutura social e nas instâncias políticas. A fase monopolista do capital recoloca as contradições próprias da ordem burguesa, ou seja, exploração, alienação⁶ e a transitoriedade própria das transformações históricas. Diante das mudanças estruturais ocorridas, sobretudo, no mundo do trabalho, se agudizam as tensões entre exploradores e explorados, e as “expressões da questão social”, surgem como expressão síntese dessa contradição entre capital e trabalho.

Sobre as características que compõem a questão social, destacamos que esta é um elemento de conflito e de luta de classes, portanto, é histórica. O enfrentamento da questão social desafia a própria manutenção de uma sociedade, devendo, pois, ser objeto de intervenção dos diversos sujeitos

⁵ C.f. LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Artigo publicado na revista *Actuel Marx*, 18, 1995. Tradução de Henrique Carneiro.

⁶Para a compreensão do conceito de alienação, encontramos a seguinte afirmação: “[...] um fenômeno exclusivamente histórico-social, que se apresenta em determinada altura do desenvolvimento existente, e a partir desse momento, assume na história formas sempre diferentes, cada vez mais claras. Logo, sua constituição não tem nada a ver com uma *condition humaine* geral e tanto menos possui uma universalidade cósmica”. (LUKÁCS, 1976. p. 501)

sociais. Desenvolvendo-se numa dimensão estrutural, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa “*luta aberta e surda pela cidadania*” (Ianni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. Esse processo, porém, é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais. É nesse terreno de disputas que trabalham os assistentes sociais, (IAMAMOTO, 2009). E nessa tensão entre reprodução das desigualdades e a produção da rebeldia e da resistência, que a categoria de assistentes sociais atua, buscando interferir diretamente nas relações sociais cotidianas e no atendimento das diversas formas por onde se expressam a questão social. (p.16)

No tocante a essa profissão, chamamos a atenção para algumas de suas características, como por exemplo, ter na questão social, a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho. Netto (2005), afirma que através da instauração da ordem monopólica, e, portanto, ocupando uma posição subordinada na divisão sociotécnica do trabalho, o serviço social se profissionalizou, tornando-se apenas executor das políticas públicas e mediador da contradição *capital x trabalho*, pois, são nessas bases que o Estado Burguês se enfrenta com a “questão social”.

A temática étnico-racial também aparece como característica que marca esta profissão serviço social. Silva Filho (2004) aponta que, apesar de relativamente nova, é possível destacar o aumento significativo da quantidade de estudantes negros (as) a procurar pelo curso de serviço social. O autor ressalta que, há tempos atrás, esse grupo étnico encontrava-se apenas no lugar de usuário dos serviços prestados. Entretanto, observamos que este dado ainda é pouco discutido por essa categoria profissional.

Em pesquisa mais recente (2013), foi realizado outro levantamento com o mesmo objetivo. Realizado pela Comissão Organizadora do 14º Congresso Brasileiro de Assistentes sociais (CBAS)⁷, através do questionário contido no ato

⁷Este evento é realizado a cada quatro anos, pelo Conselho Federal de Serviço Social e pelo Conselho Regional de Serviço Social (CFESS e CRESS) e ainda, pela Associação Brasileira de

da inscrição dos participantes. O evento aconteceu no período de 14 à 18 de outubro de 2013 na Cidade de Águas de Lindóia em São Paulo. Nessa pesquisa, foi incluído o quesito cor, o que não aconteceu na pesquisa anterior. Sendo assim, do total dos 3.261 inscritos, no que se refere ao pertencimento de cor/raça/etnia, 57 dos participantes se autodeclararam amarelas (os), 1.220 brancas (os), 8 indígenas, 855 pardas (os), 301 pretas (os) e 820 não informaram⁸. Assim, considerando a soma de pretos e pardos, 47,3% dos (as) assistentes sociais que participaram do 14º CBAS e responderam ao questionário eram negros (as).

Rocha (2009) afirma que, analisar a inserção da temática étnico-racial no processo de formação profissional de serviço social, bem como sua relevância para a consolidação do Projeto Ético-Político da profissão, configura-se como um grande desafio, tendo em vista que existem alguns entraves que acabam por dificultar a realização de debates ressaltando a importância dessa realidade. Entre outros motivos, alguns entraves se dão pela baixa produção teórica acerca desses temas, e, também, pela pouca apropriação da categoria pela discussão das temáticas de cor/raça/etnia. Ou seja, a discussão sobre a temática étnico-racial sempre foi secundarizada por essa categoria profissional e não é percebida como importante variável para uma análise crítica das relações sociais sob a perspectiva da totalidade.

Cabe ressaltar, que no ano de 2014, foi lançado um exemplar especial da Revista *Libertas*⁹, contendo somente artigos de intelectuais negros (as) orgânicos (as) do serviço social, que debruçam suas análises no estudo da questão étnico-racial e o serviço social. Essa revista, também se configura como uma importante fonte teórica com relativo destaque entre os profissionais de serviço social brasileiro. Porém, destacamos que essa a revista foi a pioneira em

Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

⁸ C.f. Rocha (2014).

⁹ A edição especial da Revista *Libertas*, ocorreu em homenagem à Franciane Cardoso de Menezes, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, que faleceu em 2012.

trazer um debate franco e aberto sobre as temáticas supracitadas, feito que nenhuma outra produção teórica desta categoria se aventurou em realizar.

A análise feita por Iamamoto (2008), quanto ao conteúdo dos eixos temáticos dos programas de pós-graduação elaborados até 2007, conclui que nesses programas os temas que se destacam, referem-se a: “cultura, identidades e subjetividades dos sujeitos”; “família, relações de gênero e geração”; “formação profissional, fundamentos e trabalho do assistente social”;, etc. Ou seja, podemos afirmar que embora todos os temas mencionados tenham interfaces com a temática étnico-racial, poucas são as produções que se debruçam sobre este assunto, silenciando assim um importante indicador social que caracteriza este grupo profissional. (FERREIRA, *apud* IAMAMOTO, 2008, p. 458-464).

Desta forma, existem novas exigências colocadas ao serviço social brasileiro contemporâneo que se apresentam como “*preocupações emergentes no âmbito do serviço social, exigindo novas respostas profissionais*”, (IAMAMOTO, 2009). Nota-se, ainda, uma nova feição acadêmica profissional e social voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história, onde não cabe mais negligenciar a determinadas discussões. (p.4)

2. DESENVOLVIMENTO

A TRAJETÓRIA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: inclusão sem pertencimento ou superação do *status quo* e da meritocracia funcional à ordem burguesa?

Ao eleger os temas que urgem no debate sobre o “*serviço social na cena contemporânea*” (Iamamoto, 2009), essa categoria busca não só responder às reais demandas do fazer profissional, como também em responder algumas das lacunas existentes entre a categoria e os usuários. Estes são, portanto,

elementos fundamentais que contribuem para o processo de acumulação de forças que seguem em direção à outra forma de vida e de desenvolvimento social, inclusiva a todos os indivíduos.

Há que se refletir, em como as subjetividades se deparam com impossibilidades forjadas com intuito de impedir o reconhecimento e a percepção dos indivíduos como sujeitos históricos, bem como das densas determinações (étnico-raciais, regionais, culturais, rurais e urbanas) que os constituem. Diante disso, observa-se que:

[...] a escala e a radicalidade da questão racial no Brasil podem ser consideradas condições fundamentais não só da luta pela eliminação do preconceito racial, mas também da transformação da sociedade brasileira como um todo e, fundamentalmente, da verdadeira construção de uma sociedade nacional, articulada, viva, em movimento, que a sociedade civil e o Estado desenvolvam-se de forma articulada e fluente e que a “população” se transfigure em “povo”, no sentido de que o povo se constitui quando se compõe de “cidadãos”, de pessoas situadas e integradas, participantes e ativas, em todas as esferas da sociedade, públicas e privadas [...] (IANNI, 2005, p. 11).

São nessas estruturas que se definem os lugares dos indivíduos, em relações sociais pautadas pelas relações de produção, e pela estrutura classista e racista que rege esta sociedade. Neste sentido, a luta pela sobrevivência se dá através de estruturas de poder e de organização em prol da manutenção dos privilégios. Nisto, residem as *“determinações básicas das relações de integração e antagonismo raciais”* (IANNI, 1978, p. 124).

Silva e Hasenbalg (1992), afirmam que o vínculo entre raça e classe se dá quando a raça funciona como mecanismo de seleção social, determinando o lugar onde cada sujeito deve ocupar. Assim, a condição étnico-racial funciona dentro da lógica capitalista, principalmente, como um critério de seleção para a projeção social. Nessa lógica, o sistema capitalista se sustenta a partir da relação de exploração de classe e, por sua vez, essa exploração se expressa através de múltiplas formas de dominação, dentre elas as de gênero, raça e etnia, pois, por detrás dos preconceitos, se encontram também fatores econômicos, nos quais se escoram aqueles que querem explorar a força de trabalho a quem imputaram algum tipo de inferioridade.

A apresentação de pesquisas quantitativas e qualitativas¹⁰, estudos sérios e comprometidos na busca pelo entendimento de como se estrutura a discussão racial na sociedade brasileira, fez surgir algumas questões, dentre elas a pergunta sobre qual seria a intenção por detrás do silenciamento em se discutir a temática étnico-racial por essa categoria? Por que durante a sua atuação, o profissional de serviço social tem dificuldades em perguntar a cor/raça ou a pertença étnica da população atendida? Ou ainda, por que o próprio profissional de serviço social tem dificuldades em se autodeclarar? São questões como essas que expressam a relevância deste estudo.

Afirmamos, pois, que seja numa sociedade de exploração capitalista ou em qualquer outra ordem social, se o racismo não for alvo de enfrentamento e combate, certamente as desigualdades raciais marcarão as relações sociais. Neste sentido, estamos de acordo que:

O discurso competente é crítico quando vai à raiz e desvenda a trama submersa dos conhecimentos que explica as estratégias de ação. Essa crítica não é apenas mera recusa ou mera denúncia do instituído, do dado. Supõe um diálogo íntimo com as fontes inspiradoras do conhecimento e com os pontos de vista das classes por meio dos quais são construídos os discursos: suas bases históricas, a maneira de pensar e interpretar a vida social das classes (ou segmentos de classe), que apresentam esse discurso como dotado de universalidade, identificando novas lacunas e omissões. (IAMAMOTO, 2009. p. 2).

Deve-se compreender que é pela história da sociedade e das relações sociais, que se constroem ações propositivas e objetivas com vistas a enfrentar a herança racista, patriarcal e do pensamento eurocêntrico, e, portanto, colonizador. Todavia, nos perguntamos por que não fazê-lo fazer, também, no interior dessa profissão, que há muito executa suas ações pautadas por um projeto político profissional, direcionado à classe trabalhadora e onde se concentra um enorme grupo social, representado por mulheres, negros, gays, lésbicas, trans, indígenas, pobres, etc.

A década de 1980 marca um período de grandes manifestações e mobilizações do MN, e do Movimento de Mulheres Negras. No entanto, o que

¹⁰ Cf. Paixão (2009-2010) e IPEA e DIEESE.

consagra essa importante conquista, foi também a promulgação da Lei Federal nº 7.716/1989 (“Lei CAÓ”). Essa lei foi corrigida, dando lugar a Lei 9.459 de 13/05/1997, que modificou os artigos 1º e 20º e revogou o artigo 1º da Lei 8.081 e a Lei 8.082 de 03/06/1994 e, assim, imputa ao racismo e as práticas discriminatórias, como crime inafiançável.

Em setembro de 2001, a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, conhecida como a “Conferência de Durban”, ¹¹, tornou-se um marco mundial na luta contra as discriminações raciais. O Documento Oficial Brasileiro para a Conferência reconhece a responsabilidade histórica do Estado brasileiro “pelo escravismo e pela marginalização econômica, social e política dos descendentes de africanos”. Assim, após essa conferência e mediante as reivindicações do Movimento Negro, o Estado brasileiro formulou projetos no sentido de promover políticas e programas para a população afro-brasileira e valorizar a história e a cultura do povo negro. (CAVALLEIRO, 2006, p. 18).

Conforme analisa Silva (2009), a Constituição Federal de 1988 pode ser considerada um enorme avanço nesse aspecto, pois reconhece o racismo e o preconceito racial como fenômenos presentes na sociedade brasileira, sustentando a necessidade de combatê-los. Entretanto, destaca-se que a inclusão do tema racial na agenda das políticas públicas responde principalmente a um esforço inovador do movimento social negro no sentido de estimular, no debate político, a necessidade não apenas de combater o racismo, mas de efetivamente atuar na promoção da igualdade racial. Nesse contexto, inicia-se a implantação de ações afirmativas no Brasil.

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (GOMES, 2001, p. 21).

¹¹ Conferência realizada em Durban – África do Sul, no ano de 2001. Estiveram presentes representantes de 173 países, quatro mil organizações não governamentais (ONGs) e aproximadamente 16 mil participantes (C.f. IBGE, 2008).

Essas políticas espelham-se nas medidas adotadas pelo governo dos Estados Unidos na década de 1960, denominadas de Políticas de Ação Afirmativa. Constituem-se como um conjunto de ações de combate à discriminação, visando à garantia da equidade e inclusão social. Alguns autores como Brandão (2004), Jaccoud (2008) e Gomes (2001) afirmam que as políticas afirmativas são uma alternativa viável no sentido de promover justiça social e propiciar aos beneficiados subsídios de se incluir socialmente, bem como demonstrar o quão intenso é o racismo no país. Podemos afirmar que as ações afirmativas, é antes de tudo, uma forma de justiça reparatória ou compensatória, de justiça distributiva e de ação preventiva, conforme salienta Silvério (2003). Sobre isto, reconhecemos que se versa um ganho político e social para a sociedade brasileira e, principalmente, para a população negra.

A implementação da reserva de vagas nas instituições de ensino superior brasileiras intensificou o debate sobre o racismo e a discriminação nas esferas públicas e privadas, nos meios de comunicação, e em outros espaços sociais. No entanto, o debate sobre o ingresso da população negra no ensino superior aponta para um dos maiores desafios que está para além do universo das políticas de ação afirmativa - a garantia do acesso e permanência de estudantes negros (as) nas IES. (JANOARIO, 2014, p. 2).

Conforme aponta o autor, são grandes os desafios acerca da discussão sobre as políticas de ações afirmativas. Maiores ainda, são os obstáculos criados a fim de silenciar essa discussão nos espaços da formação e produção de conhecimento. Portanto, o objetivo principal deste estudo consistiu em analisar como as pós-graduações estudadas se relacionam com essa temática, e contemplam (ou não) o debate em sua estrutura curricular, a fim de proporcionar embasamento teórico-metodológico para compreensão e enfrentamento dos desafios aqui apresentados.

PÓS-GRADUAÇÃO E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: o amadurecimento teórico-político do serviço social e a busca pelo conhecimento libertador e emancipatório

Os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social se desenvolvem mediante as suas linhas de pesquisas, e são elaborados com o objetivo de contribuir principalmente na formação de pesquisadores, dos docentes desta categoria, e também de outras áreas do conhecimento, conforme aponta Guerra (2011).

Argumenta-se que a pós-graduação cumpriu um papel de monta na constituição da vertente crítica do Serviço social brasileiro, que hoje detém hegemonia na produção do conhecimento e da pesquisa, responsável pela renovação da imagem profissional e por tornar o Serviço social contemporâneo de seu tempo, colocando-o como interlocutor reconhecido no campo das ciências sociais. (GUERRA, 2011. p. 126)

A orientação dada por esses programas de pós-graduação, seguem na construção de uma hegemonia quanto à produção do conhecimento. Mas também, na possibilidade de realizar a interlocução do diálogo entre as outras áreas, igualmente importantes para a compreensão da sociedade e das novas emergências sociais. No entanto, cabe aqui uma contextualização sobre o início do curso de serviço social no Brasil, bem como algumas das principais transformações, o que culminou na necessidade de uma qualificação para além da graduação.

Partimos da afirmação que a trajetória construtiva do serviço social não aconteceu de forma linear ou mesmo contínua. Em sua gênese, essa trajetória possui características que são bastante complexas, e, portanto, nem sempre compreendida pela própria categoria ou mesmo pela sociedade. Desta forma, nos deparamos com compreensões diversas, tanto no que se refere às transformações sofridas por esta profissão, quanto na própria atuação profissional.

Consideramos como avanços desse período histórico, a consolidação do Código de Ética Profissional de 1986 e posteriormente o de 1993, resultado da construção coletiva da categoria de assistentes sociais. Além do alargamento das bases que sustentam a organização do ensino (ABESS) e da pesquisa com o Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social

(CEDEPS). Cabe ainda destacar, a junção dessas duas organizações transformando-as na Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS - 1996)¹², que preconizam as Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional de Serviço Social, a Lei de Regulamentação Profissional (Lei de Nº 8.662/93), a. Além de outras legislações sociais que referenciam o exercício profissional, estritamente ligado à garantia de direitos, como: o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS de 1993, a Lei Orgânica da Saúde – LOA em 1990.

Fica evidente que a criação da pós-graduação em serviço social no Brasil resulta do intenso movimento de transformações históricas. Elas surgem como um terreno de possibilidades para o desenvolvimento do pensamento crítico e ideológico. Nesse sentido, ressaltamos também que esse espaço configura-se como lugar de disputa teórica e política. É nela que a produção do conhecimento ganha relevância e notoriedade, legitimando assim o papel da universidade, no tocante ao desenvolvimento do saber, da ciência e da tecnologia.

É aqui onde se faz sentir o peso das questões político-ideológicas. Em uma sociedade de classes, o interesse das classes dominantes será sempre o pólo determinante da estruturação da educação. O que significa que ela será configurada de modo a impedir qualquer ruptura com aquela ordem social. Em consequência, a educação, quer formal, quer informal, sempre terá um caráter predominantemente conservador. (TONET, 2007. p. 66)

Essa reflexão nos permite compreender que a criação e a expansão da pós-graduação brasileira¹³ neste período, cumpre um papel tecno-burocrata,

¹² “Criada desde 1946 como ABAS, vigorando por anos como ABESS, a atual ABEPSS explicita desde a sua nomenclatura que tem como princípio e compromisso a relação orgânica entre graduação e pós -graduação, por entender que na consolidação da pós-graduação localizam-se as condições para a qualificação da graduação. Assim, a pós-graduação aporta contributos teórico-metodológicos à graduação que, por sua vez, requalificada, torna-se insumo do desenvolvimento da pós-graduação”. (GUERRA, 2011. p. 127).

¹³ Alguns estudiosos datam a origem da pós-graduação no Brasil a partir da década de 1930 do século XX. Porém, é na década de 1960, através do parecer de nº 977/65 da Câmara de Ensino Superior, também conhecido como parecer Sucupira, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, e no contexto da ditadura militar, que institui-se a pós-graduação no Brasil. A escolha do nome é uma homenagem ao professor Newton **Sucupira**, autor do **Parecer** nº 977 de 1965. O documento conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes como é até os dias de hoje. **Fonte:** <http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>. No entanto, somente em 1984 o Serviço Social obteve reconhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como uma área específica de Pesquisa. (GUERRA, 2011. p. 136).

com perspectivas que caminham para a manutenção e preservação da ordem pragmática e conservadora impulsionada pelo projeto desenvolvimentista.

É importante ressaltar que a criação da pós-graduação no Brasil obedece à mesma lógica de tantos outros processos históricos do Brasil e de outros países da América Latina: foi criada pelo alto, para atender aos interesses de uma burguesia nacional e, sobretudo, estrangeira. Não é casual que ela adota um formato elitista e serve para constituir o que Netto (1990) denomina *mandarinato acadêmico*. (GUERRA, 2011. p. 129).

A produção de conhecimento cumpre um papel importantíssimo para a compreensão das complexidades que se estabelecem nas relações sociais da vida humana. Nessa direção, fica fácil a interpretação de que a produção do conhecimento é muito mais do que assegurar a direção hegemônica de uma determinada categoria, ela também é responsável pela manutenção das relações de poder que se estabelecem na sociedade.

Silva e Carvalho (2007), afirma, que são considerados avanços, o desenvolvimento das novas alternativas de intervenção profissional, resultado da expansão das pós-graduações em serviço social, bem como a participação dos assistentes sociais em atividades de pesquisas que tange a produção de conhecimento. Neste sentido, observa-se que:

O surgimento das pós-graduações em Serviço Social é relativamente recente, remontando a meados da década de 1970. Os anos 1980 significaram para o Serviço Social, conforme a feliz expressão de Yamamoto, a sua maioria intelectual, tendo em vista o investimento no desenvolvimento teórico, na formação de quadros acadêmicos, na produção bibliográfica, na formação de uma intelectualidade que vem intervindo substantivamente na construção de conhecimento e no debate científico na área e em áreas afins, resultando no seu reconhecimento como área de produção do conhecimento no campo das Ciências Sociais Aplicadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico – CNPq e pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). (ABEPSS, 2009. p. 1).

Destaca-se, também, o aumento da produção científica acerca das políticas sociais e de outras questões relevantes para o serviço social brasileiro, fazendo que esta profissão seja considerada área específica do conhecimento no campo das Ciências Sociais Aplicadas pelo Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ainda pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Estes são resultados que consolidou a ação profissional no campo das políticas públicas, permitindo inclusive a criação de um sujeito ativo e participativo do processo político que culminou com a Constituição Brasileira de 1988, onde ficou instituída a Seguridade Social no país, composta do tripé entre Política de Saúde, Previdência Social e Política de Assistência Social, o que permitiu que a seguridade social adquirisse o status de Política Pública. (p. 36)

O contexto político e econômico que marca tanto a década de 1990 quanto os anos 2000, é o período em que se confirmou a estrutura do Estado como financiador direto do capital. As reformas estruturais ocorridas nesse processo dão seguimento à focalização das políticas sociais, privatização de empresas públicas, ataque direto às políticas educacionais, além do aparelhamento político do sistema educacional brasileiro e ainda das pós-graduações. Portanto, o que observamos desse processo de “reestruturação do capitalismo” é a execução de uma série de reformas para garantia do seu êxito.

O movimento que se desenvolve no interior das universidades brasileiras, é o cumprimento da ordem expressa do capital que ditam essas orientações, sob a justificativa de que assim as universidades serão incluídas no *ranking* internacional da educação superior. Sobre isso, Amaral (2012), chama a atenção para as discussões que vêm sendo realizadas a partir da produção de diagnósticos e das exigências do cumprimento de metas para o tão esperado ranqueamento internacional, bem como da “formação de ilhas de excelência”, construídas dentro das próprias universidades, por meio de cursos e programas que disputam os poucos recursos institucionais destinados ao funcionamento mínimo dos locais de pesquisa. (p. 231). Sobre isto, observa-se que:

A flexibilização demandada pelos processos de enfrentamento da crise do capital adentra os espaços do ensino superior no Brasil, no que se refere à sua desregulamentação, flexibilizando a estrutura curricular, de um lado, e estabelecendo um novo marco regulatório, de outro, o qual oferece as bases jurídico-legais para atender as necessidades de valorização do capital no seu atual estágio de desenvolvimento. Na sequência desse *desmonte*, têm-se os processos de

desprofissionalização, com a criação de novas áreas de conhecimento.
(GUERRA, 2011. p. 137)

Nesse sentido, de acordo com Guerra (2011), essas são as consequências da entrada massiva do capitalismo nos espaços de produção de conhecimento. Ao obedecer a essa lógica mercantilista, produzindo necessidades de criação de outras áreas do conhecimento, além de induzir tanto uma formação pragmática quanto instrumental, onde não se pode esperar outra coisa, a não ser uma pós-graduação também instrumentalizada e aparelhada, seguindo quase que estritamente para responder às necessidades do capital e dos serviços oferecidos no mercado.

Algumas observações que perpassam o universo da pós-graduação são de fundamental importância, para a compreensão de como se estrutura a produção do conhecimento no Brasil. Dentre essas compreensões, está o Plano Nacional de Pós-Graduação/2011-2020 (PNPG)¹⁴, os Grupos Temáticos de Pesquisas (GTPs) da ABEPSS, bem como os Projetos Pedagógicos dos cursos de mestrado e doutorado em serviço social, além dos Núcleos e os Grupos de Pesquisa de cada programa de pós-graduação. Um dos principais desafios da pós-graduação, sobretudo, em serviço social, consiste em compreender o histórico movimento dos avanços e retrocessos que marcam a política educacional no Brasil, impulsionado pelo processo da contrarreforma na educação superior e seus rebatimentos na pós-graduação. Nesse sentido, o RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO 2010-2012 TRIENAL 2013 da CAPES, aponta alguns dados que nos auxiliam a compreender de que maneira se tem efetivado o processo de expansão dos cursos de pós-graduação em serviço social no Brasil. (p.2)

Nesse sentido, com a intenção de fortalecer a área tanto na produção intelectual, como também na análise crítica da realidade que a os Grupos de

¹⁴Elaborado pela CAPES, o PNPG tem como objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil. Paralelamente a este Plano, está sendo elaborado o novo Plano Nacional de Educação (PNE). De fato, pela primeira vez, um plano nacional de educação contemplará as metas da pós-graduação, isso porque o PNPG será parte integrante do PNE. Fonte: <http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>.

Trabalho sobre Pós-Graduação¹⁵ e a Coordenação Nacional de Pós-Graduação também da ABEPSS, buscam construir estratégias de garantir a autonomia da produção acadêmica e assim fornecer subsídios para problematizar a política nacional de pós-graduação. Dessa forma, compreendemos tanto os dilemas dessa política, como também dos desafios que se colocam para os programas de pós-graduação em serviço social.

3. CONCLUSÃO

A RELEVÂNCIA DA TEMÁTICA PARA O SERVIÇO SOCIAL E A SOCIEDADE BRASILEIRA

Esperamos com esta proposta de estudo, apontar os limites e avanços obtidos pela categoria quanto à consolidação e concretização de projetos que vão de encontro ao enfrentamento das desigualdades aqui apontadas. Além de realizar o que Netto (1996) propõe, ao dizer que “*ao profissional de serviço social, cabe converter as possibilidades em realidade*”, de forma que estas possam atuar na contra-hegemonia daquilo que está posto, bem como elaborar e desenvolver respostas e ações qualificadas que atendam as demandas trazidas pelos usuários, quer sejam explícitas ou implícitas.

Nesse jogo dialético, recorro ao uso da consciência e memória, expressando-me no plural. Com a nítida certeza de que os ensinamentos que possuo resultam do caminho percorrido por homens e mulheres negras que vieram antes de mim, bem como, dessa fonte inesgotável e perene, busco saciar minha sede por conhecimento e justiça social. É, pois, a partir deste pertencimento e conhecimento que minhas reflexões se fortalecem, escolho assim como trincheira, a luta coletiva, pois, sei que somente assim é possível combater o capitalismo e seus matizes, bem como ao racismo e suas estratégias.

¹⁵ Os Grupos de Trabalhos sobre a Pós-Graduação da ABEPSS, os (GTPs), são eles: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho profissional; 2 - Movimentos Sociais e Serviço Social; 3 - Trabalho, Questão Social e Serviço Social; 4- Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; 5- Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades; 6- Questão Agrária, Urbana e Ambiental.

REFERÊNCIAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **A consolidação da ABEPSS como organização acadêmico-científica:** Documento base de discussão para a formação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs). Gestão 2009-2010.

_____. **Propostas dos GTPs. Elementos Para Construção da Ementa** (Produto das discussões feitas na reunião do dia 9-07-2011 durante o ENPESS) Gestão 2011-2012.

ANDRÉ, Maria da Consolação. **O Ser Negro:** A construção de subjetividades em afro-brasileiros. Brasília: LGE Editora, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BENTO, Maria Aparecida Silva **BRANQUEAMENTO E BRANQUITUDE NO BRASIL.** In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Bento (Org.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRANDÃO, André Augusto. **Miséria da Periferia: desigualdades raciais e pobreza na metrópole do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

COTRIM, Ana Aguiar. **O realismo nos escritos de Georg Lukács nos anos trinta: a centralidade da ação.** 2009. 391f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Notas sobre cidadania e modernidade.** Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1997.

GUERRA, Yolanda Demétrio. **A pós-graduação em serviço social no Brasil:** um patrimônio a ser preservado. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.125-158, jul./dez. 2011.

_____. **A Instrumentalidade do Serviço Social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **A “Questão Racial” na política brasileira (os últimos quinze anos).** Tempo Social, v. 13, n.2, p.121-142, 2001.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo. Expressão Popular, 2011.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial In: THEODORO, Mário. (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008. p. 135-170.

MACIEL, Ana Lúcia. **Reflexões acerca do Ensino a distância na Formação em serviço Social**. *Revista Temporalis: Estado e educação Superior – Questões e Impactos no serviço Social*, Brasília: DF, n. 15, ano VIII, 2008.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Revista Actuel Marx*, n. 18, 1995. Tradução de Henrique Carneiro.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade**. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 111, jul./set. 2012.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 2a. ed. São Paulo: Lech, 1981.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **A mercadoria - O Processo de Produção do Capital**. Cap. I Seção I- Mercadoria e Dinheiro. Ed. Nova Cultural, Coleção: Os Economistas, 1988.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004. 171 p.

MAURIEL, Ana Paula; Guedes, OLEGNA, de Souza. Desafios da Pesquisa na Formação Profissional do Assistente Social: um olhar a partir da experiência do curso “ABEPSS-itinerante”. *Revista Temporalis*, Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 13-32, jan./jun. 2013.

Skidmore. Thomas e. **Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

THEODORO, Mário (ORG.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

_____. **A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil**. In. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008.

VÁZQUEZ, S. A. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.